



ENCONTRO ESCOLA PÚBLICA LUGAR COMUM



28 NOV. 2023 · PINHAL NOVO

Auditório Municipal Rui Guerreiro

MANIFESTO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

A Associação de Municípios da Região de Setúbal e os seus municípios associados, empenhados na construção de uma sociedade mais justa e democrática, reafirmam o seu compromisso na defesa da escola pública, enquanto promotora e garante da democratização da educação e, conseqüentemente, da sociedade.

O direito à educação é um direito fundamental, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Portuguesa, constituindo uma das mais belas conquistas da Revolução de Abril.

Num momento em que se desenvolvem as comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril (1974-2024), marco maior da nossa História que tem na sua matriz a cultura integral do indivíduo, capaz de se constituir como elemento para uma intervenção ativa, empenhada e consciente na sociedade, assumindo como tarefa do Estado a sua concretização, nomeadamente, através de um sistema educativo que valorize a Escola Pública, democrática, gratuita e de qualidade, uma escola para todos, a AMRS afirma a Escola Pública, como um Lugar Comum, um lugar de todos e para todos, da comunidade, onde cada um potencia o florescimento das suas capacidades enquanto ser humano e cidadão.

A Constituição da República Portuguesa refere, no seu artigo 73º, que “todos têm direito à educação e à cultura”, que “o Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática” e ainda que “a educação é um direito fundamental e uma condição determinante para a emancipação individual e coletiva”.

Assim, é necessário assegurar as condições materiais e humanas para que a Escola Pública cumpra a sua missão de formar cidadãos preparados para os desafios presentes e futuros da sociedade.

É necessário garantir infraestruturas, recursos didáticos, tecnológicos e, especialmente, um ambiente seguro e saudável.

É necessário valorizar a importância da função docente e da pedagogia, particularmente professores e educadores e o seu papel essencial na formação das gerações futuras e garante da qualidade educativa. Importa, igualmente, valorizar todos os trabalhadores das escolas, assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos especializados, tendo em conta que as suas funções são indispensáveis para o funcionamento das escolas e enriquecimento da formação das crianças e dos jovens.



É urgente incentivar a participação ativa das famílias na educação dos seus filhos, promovendo parcerias entre as famílias e a escola e estreitando relações e laços de cooperação.

É fundamental reconhecer os alunos como agentes ativos no seu próprio processo educativo. A sua voz deve ser ouvida e respeitada, ao mesmo tempo que deve ser estimulada a sua participação na vida da escola.

A educação é garante de Liberdade e de Democracia: a educação capacita os indivíduos a melhor compreenderem o Mundo e a nele assumirem um papel ativo, a desenvolverem o seu pensamento crítico e a tomarem decisões informadas. A Escola Pública desempenha um papel central na democratização do acesso ao conhecimento, na sua partilha e difusão, contribuindo para a emancipação de todos os cidadãos.

Para isso, é necessário:

- a) O reforço do investimento na Escola Pública, democrática, de qualidade, inclusiva e para todos, garantindo a progressiva gratuitidade de todo o ensino público e invertendo as políticas de subfinanciamento crónico;
- b) Um verdadeiro modelo de descentralização da Educação, assente na autonomia das escolas, exercida num quadro de gestão democrática das mesmas;
- c) O alargamento da oferta pública e a consequente adequação da rede escolar, promovendo a expansão da rede pública onde seja necessário;
- d) A expansão do sistema público de educação pré-escolar, articulado com a rede escolar do 1.º ciclo, garantindo a universalização da frequência a partir dos 3 anos e, a curto prazo, uma resposta, igualmente pública, de qualidade para a faixa dos 0 aos 3 anos;
- e) A implementação e reforço do Plano de Financiamento para o Programa de Reabilitação de Escolas Prioritárias, garantindo o financiamento total da reabilitação em todas as escolas mapeadas, bem como de outras que venham a ser consideradas, assegurando a equidade territorial e nacional na sequência da operacionalização do Programa;
- f) A definição clara das funções da escola, do tempo letivo e da componente de apoio à família, clarificando-se a distinção entre escola e atividades livres, com a criação de um programa de ocupação de tempos livres das crianças e jovens;
- g) O desenvolvimento da resposta pública, com vista a assegurar a inclusão efetiva das crianças e jovens com necessidades educativas específicas na Escola Pública, designadamente, com a colocação de docentes e técnicos em número e com formação adequada, para além da constituição de equipas multidisciplinares e multiprofissionais necessárias à garantia de inclusão plena e o investimento numa intervenção precoce de qualidade;
- h) A promoção da multiculturalidade e interculturalidade nas escolas, com o respeito e valorização das diferentes origens das comunidades imigrantes, no sentido da sua plena inclusão;



- i) O combate ao abandono escolar e ao insucesso escolar e educativo, bem como à exclusão social e escolar, como área de intervenção prioritária;
- j) A valorização da Educação Física e do Desporto Escolar, enquanto elemento essencial do desenvolvimento das crianças e jovens;
- k) A valorização das expressões artísticas como área fundamental da cultura integral do indivíduo;
- l) O incentivo e a valorização do trabalho e dos projetos educativos realizados nas escolas;
- m) A garantia da gratuidade do conjunto dos manuais escolares em toda a escolaridade obrigatória;
- n) O reforço da Ação Social Escolar e Transportes Escolares, de modo que, em momento algum, se deixe de ter em conta a situação económica e social do País e, conseqüentemente, as dificuldades de cada criança ou jovem e respetivas famílias;
- o) A implementação de um plano de educação e formação de adultos visando o combate ao analfabetismo e à iliteracia e, em simultâneo, a qualificação profissional, social e pessoal, e de um programa de formação ao longo da vida, que garanta o reconhecimento, a validação e a certificação das competências adquiridas por vias não formais e informais;
- p) A valorização e dignificação das carreiras dos trabalhadores da educação – docentes e não docentes.

A Associação de Municípios da Região de Setúbal, lugar de encontro e de cooperação, espaço de aprendizagens e de construção da Democracia, promotora do desenvolvimento da região e do país, consciente do papel fundamental da Escola Pública na educação integral dos indivíduos, apela a que todos se associem à sua defesa, construindo um Lugar Comum!

Encontro “Escola Pública – Lugar Comum!”

Pinhal Novo, 28 de novembro de 2023